

AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

Antonio Ismael Lopes de Sousa¹

Jéssica Kellen Dias Rosa²

Geane Martins Mendes³

Nara Lopes de Melo⁴

Resumo: O ensino e a aprendizagem da língua portuguesa passaram por diversas mudanças ao longo do tempo. Desde as questões históricas e sociais da aprendizagem de línguas até os contextos atuais de sala de aula, é possível observar uma série de orientações de livros didáticos, transformando gradualmente a forma como as línguas maternas são transmitidas e acessadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a língua portuguesa do Brasil, composta pelo português padrão e todas as variantes linguísticas, é falada por mais de 190 milhões de brasileiros. A diversidade de linguagens presentes na comunidade contribuiu para o hermetismo dos diferentes discursos. No entanto, muitas vezes durante o ensino da língua materna, essas diferenças são desprezadas e consideradas como um desvio da norma linguística. Nesse sentido, por meio de pesquisa investigativa, com revisão bibliográfica de autores de destaque no tangente ao assunto, este artigo busca discutir as inferências de variantes linguísticas no ensino da língua portuguesa, ressaltando ainda o combate à estereótipos linguísticos. Além disso, buscou-se definir os conceitos de variação linguística e de português padrão, bem como apresentar os fatores que influenciam o ensino da variação linguística.

Palavras-chave: Variações Linguísticas. Português. Ensino.

LINGUISTIC VARIATIONS IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: REFLECTIONS ON TEACHING PRACTICE

Abstract: The teaching and learning of the Portuguese language have undergone several changes over time. From the historical and social issues of language learning to current classroom contexts, it is possible to observe a series of guidelines in textbooks, gradually transforming the way in which native languages are transmitted and accessed. According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Portuguese language of Brazil, composed of standard Portuguese and all linguistic variants,

¹ Doutorando em Letras - Linguística e Literatura, pela Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT. Mestre em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. E-mail para contato: antonio.sousa@ufnt.edu.br

² Graduada em Ciências da Computação e em Letras. Professora da Educação Básica - Secretaria de Educação do Tocantins-SEDUC/TO. E-mail para contato: jessicakellendiasrosa1@gmail.com

³ Doutoranda em Letras - Linguística e Literatura, pela Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT. Mestra em Letras. Professora da Educação Básica - Secretaria de Educação do Tocantins-SEDUC/TO. E-mail para contato: geane.mendes@professor.to.gov.br

⁴ Doutoranda em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Mestra em Educação. Professora da Educação Básica - Secretaria de Educação do Tocantins-SEDUC/TO. E-mail para contato: nara.lopes@professor.to.gov.br

is spoken by more than 190 million Brazilians. The diversity of languages present in the community has contributed to the hermeticism of the different discourses. However, many times during the teaching of the native language, these differences are disregarded and considered as a deviation from the linguistic norm. In this sense, through investigative research, with a bibliographic review of prominent authors on the subject, this article seeks to discuss the inferences of linguistic variants in the teaching of the Portuguese language, also highlighting the fight against linguistic stereotypes. Furthermore, we sought to define the concepts of linguistic variation and standard Portuguese, as well as to present the factors that influence the teaching of linguistic variation.

Keywords: Variations. Linguistics. Portuguese. Teaching.

INTRODUÇÃO

Uma das essenciais funcionalidades da língua é a comunicação. Por meio dela, os humanos progridem, ponderam, questionam, ensinam e auxiliam uns aos outros. A língua é parcela da identidade e da cultura do ser humano e se faz presente em vivências e nas situações do cotidiano. Quando inventada a escrita, o período pré-histórico foi abandonado pela humanidade, dando início à História. Tal momento pode ser considerado um divisor de águas, já que a chegada e a utilização da escrita trouxeram a oportunidade de perpetuação e multiplicação do conhecimento, ampliando assim as possibilidades de aprendizado para as pessoas.

As normas gramaticais da atualidade são advindas de uma tradição greco-romana clássica, cuja normativa é baseada na elaboração de uma linguagem homogênea, considerada como um padrão abstrato, cuja existência independe das pessoas que a utilizam. Mesmo as mais modernizadas edições das gramáticas pedagógicas seguem, de maneira ampla, o padrão preceituado das gramáticas clássicas, ainda que utilizem elementos textuais e midiáticos atualizados para exemplificar as normas.

No tangente ao ensino, tratando-se da concepção de língua e gramática, geralmente, a língua é tida como uma sistematização homogênea, conseqüentemente descontextualizada social e historicamente, visto que não está vinculada a seus usuários; e a gramática é vista como um depósito de regras para a boa escrita e “boa” fala, organizada em compartimentos em níveis fechados: morfologia, sintaxe, semântica e fonologia. Os exercícios didáticos, nesse tipo de abordagem, tendem a

ser essencialmente categóricos por natureza, desvinculados do uso real da linguagem, dominados pelos conceitos de “errado” e “certo”, em que o correto é aquele que se enquadra nos requisitos gramaticais, enquanto qualquer coisa que não esteja de acordo com essas regras é considerada um erro e deve ser corrigida. Tal cenário, embora identificado como “tradicional”, ainda hoje faz parte da rotina de muitas escolas.

No Brasil, as escolas tendem a adotar um sistema de ensino que prioriza como os alunos precisam falar em concordância com a norma padrão. Com a ausência de diligência acerca da reflexão e do embasamento teórico, perdemos o oportuno benefício de entender que a maneira como se fala é uma variante linguística e que, para circunstâncias em que a formalidade é exigida, há uma língua oficial e padrão para a escrita ou até mesmo para cenários sociais em que essa prática seja imprescindível. Desse modo, a identificação de tais circunstâncias e a variação linguística a ser utilizada provocará reflexões no discente acerca da maneira de agir e pensar no que se refere à fala e às variações linguísticas disponíveis, ampliando as possibilidades de conscientização de que nenhuma delas é superior ou inferior à outra, apenas diferente.

Nessa seara, acredita-se que a prática pedagógica, especialmente no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa, deve oportunizar uma melhor reflexão sobre o próprio fazer pedagógico, especialmente no que se refere às abordagens envolvendo as variações linguísticas em ambiente de aprendizado, para, enfim, repensá-las enquanto ferramentas na busca por um ensino e aprendizado mais equitativo, mediado por uma comunicação mais democrática, marcada pelo respeito às diferenças linguísticas.

2 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

O sistema linguístico não é uniforme, mas sim formado por regras categóricas e outras variáveis, que operam nos níveis linguísticos em sua totalidade: fonologia, morfologia, sintaxe, léxico e discursivo. Tais regras variáveis oferecem a possibilidade

de sistematização diante do fato de, sumariamente, a língua ser formada por variações linguísticas, denominadas também de dialetos (Castilho, 2000).

Segundo Vargas et. al (2016), quando falamos sobre a língua, tratamos de uma temática complexa que jamais se mantém estática, pois se modifica com o passar do tempo para corresponder às necessidades de comunicação. Como promotora social, a língua faz parte das interações entre os indivíduos. Além disso, cada falante a utiliza de diferentes formas, apreendendo e compreendendo os códigos de acordo com as necessidades e as circunstâncias, adaptando-a, para atender as exigências do contexto ao qual está inserido.

Diversos eventos são mutáveis e se adaptam às demandas da rotina dos indivíduos, criando meios para suprir necessidades que anteriormente não existiam ou não eram fundamentais, como o uso das tecnologias de bolso, por exemplo. Da mesma forma, a língua adquire e se desfaz de palavras no decorrer do tempo, mudanças estas que não a empobrecem, já que o surgimento de novas palavras acontece em um ritmo muito maior do que a caducidade de certas palavras, pois “a língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo” (Bagno, 2008, p. 136). Em outros termos, a língua é um segmento efetivo da linguagem que constitui um princípio exclusivo, no entanto não é estabelecida por um único indivíduo, e sim por uma ordem social, tornando-se resultado do meio.

Desse modo, as variações linguísticas apresentam-se como resposta às demandas da sociedade e às necessidades de comunicação pelos indivíduos, inclusive como forma de sobrevivência. Nesse contexto, ao aperfeiçoar as habilidades de comunicação e conscientizar-se das existências dessas variações linguísticas, ampliam-se, por conseguinte, as possibilidades de aproximação e socialização entre os locutores, melhorando as interações nas áreas sociais, políticas, profissionais, e assim por diante. Nesse sentido, o sistema linguístico utilizado por locutores inseridos em um mesmo grupo elucida as ingerências, a cultura, a história, dentre outros. Portanto, instruir-se acerca do uso social da língua consiste em conhecer também princípios e averiguar a existência de diversas realidades oriundas da fala apresentada (Vargas et. al, 2016).

Portanto, no contexto brasileiro, as variações linguísticas vigentes trazem seus patrimônios, espólios culturais e equivalem à identidade da nação brasileira. Pela singularidade de cada sociedade, tais variações podem ser influenciadas por diversos aspectos, pois “esse caráter individual da fala é responsável pela diversidade da língua: cada falante acaba utilizando-a de maneira peculiar, de modo que a forma utilizada por um falante individualmente é diferente da utilizada pelos demais” (Terra, 2008, p. 84). Particularidades estas que revelam a riqueza da Língua Portuguesa no Brasil, definida exatamente pela sua heterogeneidade.

2.1 A variação geográfica

Segundo Mussalin e Bentes (2006), a variação geográfica é compatível com as divergências linguísticas que podem ser observadas entre os locutores advindos de regiões diferentes de uma mesma nação ou até mesmo de países distintos. É possível observar tais divergências tanto entre o português utilizado nos países europeus (Portugal, Madeira, Açores), africanos (Moçambique, Guiné Bissau, Angola), asiáticos (Macau, Goa) e o português brasileiro, quanto entre os linguajares das diversas regiões do Brasil. Os autores ressaltam ainda que, em se tratando do Brasil, há uma clara percepção de que as divergências existem, por exemplo, entre os discursos cariocas, gaúchos, paulistas, goianos etc.; assim como são facilmente perceptíveis as divergências entre as alocações de sujeitos advindos de zona urbana e as daqueles provenientes da zona rural, nas diversas regiões.

Segundo essa lógica da diversidade regional, de acordo com Santos (2004), nas áreas Norte e Sul brasileiras, a utilização do pronome pessoal “tu” ainda é imanente. No discurso oral, entretanto, observa-se moderadamente a flexão do verbo quando se refere à segunda pessoa da fala que o representa. O usual no discurso oral da maior parte da população é: EU DIGO, TU DIZ (ao invés de TU DIZES), ELE DIZ; EU FIZ, TU FEZ (no lugar de TU FIZESTES). No entanto, quando se trata deste uso na escrita culta (padrão), tal flexão verbal é realizada normalmente, sendo esta observada no discurso oral de alguns grupos sociais.

2.2 A variação estilística

A variação estilística, também denominada variação de registro ou contextual, se evidencia nas diversas circunstâncias de comunicação em nossa rotina diária. Na conjuntura sociocultural que exige maior preceito formal, uma linguagem mais bem elaborada e de maior cuidado é utilizada; em circunstâncias informais e familiares, utiliza-se normalmente uma linguagem coloquial. No entanto, é possível observar, em termos práticos, que em momentos cotidianos de interatividade ainda existem certos graus de formalidade, a depender do contexto em que os envolvidos se encontram.

Por sua vez, a variação estilística é constituída pelas esferas em que se apresentam as práticas em sociedade, pelos papéis sociais desempenhados e pela temática em questão. A partir desses aspectos, a variação pode se manifestar em maior ou menor grau. No âmbito escolar, por exemplo, os docentes tendem a utilizar uma linguagem mais controlada do que seus discentes. Tal controle associa-se também aos tipos de contingências. Assim, o nível de monitoramento é relativo entre a mediação através da língua escrita e a mediação por meio da língua oral; entre contingências de elucidação de conteúdo e de motivação; entre momentos em ambiente de aprendizado e dos ambientes de circulação, e assim por diante (Bortoni-Ricardo, 2004).

2.3 A variação social

Essa variação (também conhecida como variação diastrática) está relacionada a aspectos relacionados à organização social, econômica e cultural da sociedade. Implicam aspectos como o gênero, a idade, o nível de escolaridade, a profissão e a classe social do sujeito. São exemplos específicos de variação social: a vocalização do -lh- > -i- como em “mulher/muié”; o rotacismo do -l- > -r- em encontros de consoantes como em “blusa/brusa”; a compreensão do -nd- > -n> como em

“fazendo/fazeno”; as concordâncias nominal e verbal, como em “as meninas saíram cedo/as menina saiu cedo” (Mussalin, Bentes, 2006).

Segundo Bortoni e Ricardo (2004), a variação geográfica e a social estão igualmente associadas às ações internas que promovem ou dificultam a mudança e a variante, bem como à identidade do locutor. É como se o sujeito, ao se expressar oralmente, indicasse sua origem social e regional. Tudo acontece como se ele se identificasse, a partir de sua própria fala, como pertencente ou não a um determinado grupo social e a uma determinada biocenose. Nesse sentido, dizemos que as regras transformacionais podem ser conduzidas tanto linguisticamente quanto extralinguisticamente.

A QUESTÃO NORMATIVA

Há um consenso de que, em linguagem, o que pode ser ressaltado cientificamente como errôneo são as formas ou estruturas que impossibilitam a comunicação, impedindo-a, foneticamente, morfologicamente, sintaticamente, gramaticalmente, semântica e/ou pragmaticamente, fugindo da regularidade natural do uso desta língua, dentro da comunidade de locutores, ou seja, falando em dialetos (variações usuais de uma mesma língua). Para melhor esclarecer essa premissa, não são fornecidos na forma sistemática da língua. Dessa forma, podemos dizer que o argumento a favor da existência de uma única linguagem referência (norma-culta) é frágil, visto que cada variedade, por fatores extralinguísticos, se manifesta em variações extras (Antunes, 2009).

De acordo com Perini (2003), as normas padrão estão ligadas à linguagem da classe dominante. No entanto, esta classe não inclui locutores da mesma formação ou meio. O relativo à norma-culta também engloba a escrita, já que a "impassibilidade" da sistemática de escrita é o que impulsiona a descrição gramatical tradicional do português, mas, como Marcuschi (2001) nos adverte, o uso de tipo oral e escrito, tanto em classes mais favorecidas socioeconomicamente quanto nas classes médias ou desfavorecidas socioeconomicamente, não é realizado em segredo.

Vale lembrar que, no tangente ao Brasil, o modelo cultuado ou linguístico popular, segundo muitos estudiosos, ainda não foi determinado. Essa indeterminação não é apenas consequência de pesquisas ainda incompletas, especialmente se considerarmos que em qualquer língua viva coexistirá o jogo conflituoso entre estabilidade e instabilidade: o “conflito” das variações (Fiorin, 1999).

Marcuschi (2008, p. 18) afirma que “a oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia”, visto que a linguagem está e estará sempre aberta à razão, às identidades sociais, culturais, regionais e coletivas de seus sujeitos, porque a linguagem é socialmente formulada e elaborada. O autor ressalta ainda que “mais do que uma decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso da língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização”.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O tratamento da variação linguística na sala de aula, no que diz respeito às diferentes formas de como os estudantes se expressam, exige muita reflexão por parte de todos os atores envolvidos no âmbito escolar, especialmente aqueles encarregados no ensino e aprendizado da língua materna, visto que, mesmo com o desenvolvimento de diversos estudos acerca desta temática, pouca atenção tem sido dada à influência da pluralidade linguística no segmento educacional. Assim, ponderar sobre essa influência exige a percepção da linguagem como um conjunto sistemático e ao mesmo tempo heterogêneo, pérvio, dúctil, ou seja, como um conjunto de discursos utilizados por grupos de falantes que criam e reproduzem fontes linguísticas para interagir entre si, o que possibilita o entendimento de seu aspecto variável (Antunes, 2009).

O papel da escola frente ao tema das diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância, visto que não podemos meramente ignorar as singularidades linguísticas e culturais dos discentes e desejar substituí-las pela língua da cultura padronizada. Ao contrário, a diversidade linguística destes estudantes deve ser respeitada e valorizada, não negada a possibilidade de aprender variações

respeitáveis, pois a língua é um dos bens culturais mais essenciais para a mobilidade social. A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2009, p. 15) afirma que

[...] a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

Diversos estudos sobre o ensino do português, principalmente em instituições públicas de ensino, têm mostrado a necessidade de reorientar a metodologia pedagógica em decorrência do insucesso escolar, notadamente decorrente de dificuldades de leitura que, por consequência, também ocasiona certas barreiras no aprendizado de outras disciplinas, pela dificuldade de interpretação textual, da redação escrita e do desempenho oral que requerem o uso de um estilo de linguagem mais controlado. Tudo isso somado às altas taxas de retenção e evasão escolar, sugerindo que aqueles que ingressam não estão adquirindo conhecimento ou não auferem a devida permanência nesse ambiente (Soares, 2006).

Nesse contexto, é relevante que as instituições de ensino considerem as variações linguísticas dos discentes como ponto de partida, ressaltando a contextualização social em que vivem; precisam estimar, como bem destaca Berenblum (2003, p. 171) que essas variedades “[...] têm uma existência exterior (ou anterior) aos sujeitos e aos processos históricos, sociais e políticos, à identidade e à cultura que a linguagem veicula”. Por essa razão, toda essa conjuntura deve resultar em valorização e respeito necessários aos abrangidos. Agindo assim, um dos impasses relativos ao ensino da língua materna seria ao menos reduzido, já que a problemática acerca das variações linguísticas é, sem dúvidas, um dos aspectos mais relevantes na interferência das relações em ambientes de aprendizado e na qualidade de aquisição do conhecimento.

Segundo Bagno (2004), a fala ocorre por um processo natural, de tradição oral e com caráter funcional, renovado conforme sua tendência liberal. Também nessa direção, Koch (2007) argumenta que a fala tem aspectos diferentes, como incompleta, sem planejamento, fragmentada, mal expressa ou com frases predominantemente curtas. No entanto, a fala vocal é estigmatizada e marginalizada porque nem sempre

se conforma à norma, principalmente quando utilizada pelas classes sociais menos favorecidas. Ainda nesse sentido, para Schneuwly e Dolz (2007, p. 74), um ato de linguagem consiste em criar, entender, interpretar e lembrar conjuntos organizados de declarações orais ou escritas, o que influencia nas relações entre indivíduos na sala de aula. Na relação aluno-professor, os educadores que se deparam com uma situação que é vista como “erro de português”, geralmente não sabem como reagir, o que resulta normalmente em repreensão ao discente, por parte do docente, ao invés de auxiliar o enriquecimento lexical do aluno e garantir a existência de consciência relativa às divergentes variações efetivas.

Nessa perspectiva, o ensino e a aprendizagem de línguas devem dar aos alunos autonomia em seu uso, sem forçar os discentes a aprenderem frases discretas que não refletem a realidade da língua. Assim como apontou Geraldi (2002), é fundamental saber usar a linguagem, dominar as próprias habilidades em situações interativas específicas, ou seja, ampliar as formas de interação pela linguagem.

Por esse motivo, Castilho (2000) afirma que, do ponto de vista pedagógico, não basta dizer que o português padrão é a língua escolar, ou seja, os alunos devem ser motivados a utilizá-lo. Espera-se então que o docente de português desperte para o fato de haver uma lacuna entre a diversidade que seu aluno traz de casa (o que nunca deve ser considerado errôneo) e a norma padrão, no sentido de incluir socialmente o aluno e não em um sentido discriminatório ou excludente. Nesse contexto, uma das premissas do ofício docente é reconhecer as realidades sociais da sala de aula e da comunidade com que trabalha, contemplando o fato de que existe uma clara mistura de linguagem entre os alunos, seja regional ou social. Nesse íterim, é essencial trabalhar com clareza essa realidade no ambiente de aprendizado, enfatizando a heterogeneidade da língua, comparando variedades e combatendo o preconceito linguístico entre os alunos e toda a comunidade escolar.

Diante desse contexto heterogêneo da língua, em que o professor deve englobar todos os âmbitos que cercam seus usuários, reconhece-se a enorme importância de abordar as variações linguísticas, no entanto muitos docentes encontram empecilhos para preparar o conteúdo para o ensino, ou usar o estudo mais esquadrinhado do fenômeno, o que acaba por contribuir para a busca e a aplicação

da distinção do que é “bom” e “ruim”, corroborando assim com as falsas formas de pesquisa linguística e suas variações (Castilho, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, a necessidade de estudar e conhecer as variedades que existem no português brasileiro é notável. É preciso seguir o percurso da história e compreender como a língua portuguesa chegou ao Brasil e como a sociedade foi organizada em termos socioeconômicos, considerando os costumes culturais de cada povo e de cada região.

Ao pensarmos sobre o português não padrão, é possível compreender que sua existência é cultural, repassada através das gerações por meio de costumes e dos locutores mais antigos do português do Brasil, sendo uma variante que vem com o sujeito antes mesmo que ele aprenda o português considerado padrão.

A influência de cada fator, interna ou externamente, caracteriza a formação linguística que o indivíduo possui e a variação que ele escolheu. Introspectivamente, tudo é expresso em palavras: valores, moralidade, defluências, formação, cultura ou aspectos econômicos, todos esses aspectos são evidenciados na prática da fala do sujeito. A variação linguística não deve ser motivo de discriminação ou preconceito contra ninguém, mas uma oportunidade singular de estudar a história de uma comunidade de pessoas em geral.

Portanto, é essencial que a escola considere o português coloquial e ensine a sua relevância e o seu lugar na língua. Visto que, mesmo quando é necessário ensinar o português padrão, é importante que os indivíduos fiquem atentos às variações existentes em sua língua e não devem ser percebidas como falsas, mas sim pela concordância da língua em diferentes circunstâncias. Nesse contexto, conclui-se que o viés linguístico surge quando as variantes do português são omitidas, ou seja, quando se constata que a fala de um indivíduo comum do português está errada, sem levar em conta as questões culturais, sociais e econômicas do falante.

Em suma, a escola, como principal meio de educação do indivíduo, precisa encontrar um método que conscientize o ensino das variantes do português,

contribuindo assim para o aprimoramento da língua, organizando as ideias brasileiras e abrindo portas para uma geração que não mantenha nem promova preconceitos linguísticos, mas sim que tenha conhecimento acerca das variedades existentes na língua.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: Outra escola possível.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2004.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Loyola, 2008.
- BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: A Sociolinguística na sala de aula.** 6. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada e o ensino de língua portuguesa.** São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MUSSALIN, F. BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- SANTOS, Janete dos. Letramento, variação linguística e ensino do português. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 119-134, jul./dez. 2004. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/304, acesso em: 03 jul 2023.

SCHNEUWLY, B. DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, M. **Linguagem e escola – uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2006.

TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 2008.

VARGAS, E. S. GOMES N. S. PINTO, M. L. Variação linguística e ensino: algumas reflexões. Revista Philologus, Ano 22, N° 66 Supl.: **Anais da XI JNLFLP**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2016. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO22/66supl/0140.pdf>, acesso em: 13 jun. 2023.

Recebido em 27/09/2024

Versão corrigida recebida em 20/10/2023

Aceito em 10/11/2024

Publicado online em 16/12/2024